



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

Aos 26 dias do mês de fevereiro de dois mil e dez, nesta cidade de São Paulo, na sala de reunião dos Conselhos da São Paulo Previdência (SPPREV), sito na Rua Bela Cintra, nº 657, 1º andar, às 14 horas, após prévia convocação, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da referida autarquia, após concordância de todos na alteração na data desta reunião, inicialmente agendada para o dia 18 de fevereiro. Presentes o Senhor João Bosco da Silva, Presidente do Conselho, a Senhora Yvone Barreiros Moreira, Vice-Presidente e os Conselheiros Aníbal Hiroishi, Maria de Fátima Alves Ferreira e Emília Ticami. Ausente o conselheiro Rubens Peruzin, cuja falta foi justificada e presente a sua suplente, a Sra. Maria Helena Vilchez Martin. O Presidente do Conselho declarou abertos os trabalhos da reunião. Inicialmente a Ata da 20ª Reunião Ordinária foi aprovada e assinada por todos. O Presidente do Conselho solicitou informações sobre a constituição de uma Comissão Especial de Sindicância, por meio da Portaria IPESP nº 04/2010 publicada no DOE – Diário Oficial do Estado - de 26 de fevereiro de 2010, página 26, para realizar procedimento disciplinar relativo ao processo IP.500577/2010-4. Foi esclarecido que se trata de serviços executados pelo Banco Nossa Caixa de recadastramento para a Carteira das Serventias Não Oficializadas da Justiça, sem cobertura contratual, e que nesses casos, a legislação em vigor estabelece a necessidade de abertura de sindicância. O Presidente do Conselho informou, aos demais conselheiros, que será realizada uma visita técnica, pelos membros dos Conselhos Fiscal e de Administração da SPPREV, à entidade gestora do Regime Próprio de Previdência do Estado da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

Bahia, sugerindo a escolha de um conselheiro para representar este colegiado. Pela maioria dos votos, foi eleito para representar o Conselho Fiscal da SPPREV, o Sr. João Bosco da Silva. A conselheira Yvone Barreiros Moreira declarou ser contrária à realização de visitas pelos conselheiros da SPPREV às entidades gestoras do Regime Próprio de Previdência Social por acreditar que a troca de experiências, entre as entidades gestoras, possa ser realizada de outras formas. A Diretora de Administração e Finanças da SPPREV, Carmen Silvia Pagotto, a Gerente de Planejamento e Controle, Wânia Maria Ruotti, e o Gerente de Finanças e Arrecadação, Edmilson Silva, foram convidados a prestar esclarecimentos sobre os Balancetes dos meses de novembro e dezembro de 2009. Passou-se, então, à exposição dos Relatórios Gerenciais das UG 202601 – Previdência e UG 202602 – Administração. A Diretora de Administração e Finanças iniciou a exposição informando aos conselheiros que houve uma variação na despesa com o pagamento do 13º salário de inativos do Poder Executivo nos meses de outubro e novembro. A conselheira Emilia Ticami solicitou esclarecimentos quanto aos motivos que levaram a um aumento na despesa com as pensões dos militares, entre os meses de setembro e outubro e um decréscimo entre os meses de outubro e novembro. A Diretora de Administração e Finanças informou que a partir do mês de outubro a folha de pagamento das pensões dos servidores militares passou a ser processada pelo sistema SIGEPREV – Sistema de Gestão Previdenciária – e que ocorreram problemas nos lançamentos, havendo duplicidade no mês de outubro, cujo estorno foi realizado no mês de dezembro, conforme consta na tabela 13 do Relatório Gerencial de Balancetes. A Diretora de Administração e Finanças disse que ocorreu o aumento das despesas da SPPREV Administração nos meses de novembro e dezembro devido à mudança para a nova sede, envolvendo aquisição de mobiliário e de equipamentos de informática; assim como o início da contratação dos novos funcionários aprovados em concurso público. A Diretora salientou, ainda, que essas



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

despesas deverão se estender pelos próximos meses e informou, para conhecimento dos conselheiros, que continuam as convocações dos aprovados no concurso público. Os próximos convocados serão lotados na Diretoria de Benefícios Cíveis. A conselheira Emilia Ticami solicitou esclarecimentos a respeito do contrato celebrado com a IMESP - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. A Diretora esclareceu que esse contrato foi realizado para a hospedagem do site da SPPREV, Data Center e para os serviços de digitalização de documentos. Informou também que a IMESP presta os serviços gráficos para confecção de folders e cartilhas que serão distribuídos aos aposentados e pensionistas. O Presidente do Conselho solicitou informações da dívida da Universidade de São Paulo. A Diretora explicou que foi efetuado o pagamento do valor nominal da dívida e que está aguardando parecer da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda quanto à possibilidade de cobrança de juros e de correção monetária. A conselheira Yvone Barreiros Moreira solicitou informações acerca do andamento da elaboração do relatório do Grupo de Haveres e Dívidas. A Diretora de Administração e Finanças respondeu que a última informação que possui é a de que o relatório encontra-se em fase de conclusão. A conselheira Emilia Ticami solicitou que seja observado no Fluxo de Caixa apresentado no relatório, que as informações lá contidas referem-se apenas às pensões. O Gerente Edmilson informou que a partir do mês de janeiro de 2010 o Fluxo de Caixa será completo, contemplando as pensões e as aposentadorias. O Presidente do Conselho questionou se a relação de contratos apresentada está atualizada. A Diretora respondeu afirmativamente. O Presidente do Conselho perguntou se a taxa de contribuição incide sobre um 1/3 de férias, pois existe um questionamento sobre a legalidade acerca desse desconto e propõe que seja feita uma consulta à área jurídica da SPPREV, se esse desconto seria praticável e qual a sua base legal. A conselheira Maria Helena informou que não é cobrada contribuição previdenciária sobre um terço de férias, já que a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

mesma não incide sobre vantagens não incorporáveis ao salário e, com relação à contribuição do IAMSPE, informou que incide sobre um terço de férias porque a legislação prevê que a contribuição deve ser aplicada sobre retribuição-base paga mensalmente ao servidor. O Presidente do Conselho perguntou se foi firmado algum novo contrato pela SPPREV. A Diretora informou que o contrato mais significativo firmado recentemente foi com a IMESP para os serviços de digitalização de documentos. A conselheira Maria de Fátima sugeriu que os contratos por dispensa de licitação sejam destacados e acompanhados de justificativa que embasou essa decisão. A Diretora informou que o IPESP realizou um acordo com a UNESP para o pagamento da dívida previdenciária dessa universidade e que serão constituídos grupos de trabalho com a UNICAMP e a USP, para a mesma finalidade, ou seja, acordo de pagamento de suas dívidas previdenciárias. A conselheira Yvone perguntou se houve resposta com relação ao Parecer da Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda sobre a cobrança de juros e correção monetária ao pagamento da taxa de administração da USP. A Diretora informou que está no aguardo do parecer. A conselheira Emilia Ticami solicitou que ficasse explicitado no Anexo 04 do Relatório Gerencial, página 59, que o CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária - é emitido com a validade de 180 dias e qual é o mês da próxima emissão desse certificado. A conselheira questionou, ainda, porque não há informações sobre a regularidade do Comprovante de Repasses no período posterior ao mês de julho de 2009, conforme Tabela da Situação do Comprovante (página 60 do relatório), que deveria ter sido enviado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre civil. O Gerente Edmilson informou que a Assessoria Econômica Atuarial será responsável pela atualização bimestral dos demonstrativos. Acrescentou que até o próximo mês de março, devido à renovação do CRP, haverá a regularização de tais comprovantes. A conselheira Emilia Ticami solicitou que fossem discriminadas as pendências no CRP, não obstante não terem afetado a sua emissão. Propôs ainda a inversão



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

das páginas 59 e 60, com a concordância de todos. Após análise do Relatório dos Balancetes referentes aos meses de novembro e dezembro, houve a sua aprovação por unanimidade dos Conselheiros, devendo ser providenciadas pela SPPREV, as observações levantadas. Em decorrência, foi lavrado e assinado por todos os Conselheiros presentes, o competente Parecer, consignando o posicionamento favorável do Conselho Fiscal à aprovação dos Balancetes dos meses de novembro e dezembro de 2009, pelo Conselho de Administração. O Presidente do Conselho solicitou informações sobre o encaminhamento do cronograma das Ações Imediatas e Futuras da Gerência de Relacionamento com o Segurado e a disponibilização, na homepage da SPPREV, de assuntos relativos à Previdência e à Administração, conforme solicitado na última reunião. Foi informado que o cronograma está sendo finalizado e que será apresentado na próxima reunião. O Presidente do Conselho solicitou que os trabalhos sejam enviados a este Conselho, quando forem finalizados, para possibilitar a análise antes da próxima reunião. O Presidente do Conselho solicitou resposta acerca da proposta realizada na última reunião, quanto à possibilidade de o Conselho Fiscal participar da elaboração da Proposta Orçamentária. Foi informado que a solicitação foi discutida na Reunião de Diretoria da SPPREV e que foi deliberado que, conforme o Regimento Interno, não é atribuição do Conselho Fiscal a participação na elaboração da Proposta Orçamentária. A Diretora Carmem sugeriu a apresentação da Proposta Orçamentária antes do envio à Secretaria de Economia e Planejamento. A Diretora de Benefícios – Servidores Públicos, Karina Marçon Spechoto, foi convidada a prestar esclarecimentos sobre o mecanismo de controle de cobrança dos servidores afastados e licenciados e sobre a cobrança de outros entes em relação à contribuição patronal. A conselheira Maria de Fátima perguntou como está sendo efetuada essa cobrança e como funciona o sistema de informação de afastamento. A Diretora de Benefícios informou que tem sido possível realizar a cobrança das dívidas,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

pois a maioria dos servidores solicita uma certidão de tempo de serviço, e para isso é realizada consulta ao tempo de contribuição e quando esse é menor do que o tempo de serviço realiza-se a cobrança com juros e correção, que é passível de parcelamento. A Diretora informou que a partir do momento que é realizado o parcelamento a certidão de tempo de serviço é homologada, porém quando se trata de uma certidão de tempo de contribuição aguarda-se o pagamento integral da dívida para depois se realizar a homologação. Disse, ainda, que existem dívidas administrativas e judiciais, previdenciárias, relativas a afastamentos que foram consideradas prescritas pela procuradoria jurídica. Quanto à informação de afastamento pelos órgãos, a Diretora disse que já foram realizadas inúmeras tentativas de contato a fim de solicitar acesso ao sistema dos servidores afastados, e nenhuma delas obteve sucesso. A Diretora disse, também, que não há o envio das informações dos servidores afastados pelos órgãos e que o acesso ao sistema de afastamento do Poder Executivo é realizado pela Casa Civil. A Diretora informou que não basta o envio de uma listagem dos servidores afastados, é necessário o acesso ao sistema que fornecerá dados atualizados mensalmente do valor do salário do servidor. O Presidente do Conselho propôs o envio de um ofício à Secretaria Executiva, solicitando que sejam tomadas as providências no sentido de se obter informações atualizadas ao sistema de controle de informações dos servidores afastados. O Presidente do Conselho sugeriu que seja feito um levantamento dos procedimentos administrativos e dos processos judiciais de afastamento de servidores, cujas dívidas foram consideradas prescritas. O conselheiro Aníbal Hiroishi solicitou que sejam disponibilizados, durante a próxima reunião, alguns processos administrativos e judiciais (três exemplares de cada, dentre os casos mais recentes), referentes à dívidas prescritas, para conhecimento e análise dos conselheiros. O que foi aprovado por todos. A conselheira Maria de Fátima solicitou esclarecimentos sobre a forma de como estão sendo transmitidas as informações sobre o afastamento para os servidores. A Diretora de Benefícios



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA
CONSELHO FISCAL

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO PAULO
PREVIDÊNCIA

respondeu que estão disponíveis informações para os servidores afastados no site da SPPREV. Por fim, ficou agendada a próxima reunião deste Conselho para o dia 18 (dezoito) de março, quinta-feira, às 9:30 horas, ficando desde já os presentes devidamente convocados. Às 17:20 horas, não havendo nada mais a ser tratado nesta reunião, o Presidente declarou encerrados os trabalhos. E, para constar, eu, Renata Malpica Caldeira Secretária da reunião, lavrei e subscrevo esta Ata que, após lida, achada conforme e aprovada, vai devidamente assinada pelo Presidente e pelos demais Conselheiros presentes.